PROJETO DE LEI Nº 469, DE 2025

Estabelece a obrigatoriedade do financiamento da Rede de Atenção Psicossocial por parte do Governo do Estado de São Paulo.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Fica instituída a obrigatoriedade do financiamento, por parte do Governo do Estado de São Paulo, do custeio mensal de todos os serviços estaduais e municipais que compõem a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), conforme diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Artigo 2º - A Rede de Atenção Psicossocial a ser financiada nos termos desta Lei é composta pelos seguintes componentes:

I - Atenção Básica em Saúde:

a) Unidades Básicas de Saúde (UBS);

b) Equipes de Atenção Básica para Populações Específicas:

1. Equipe de Consultório na Rua;

2. Equipe de apoio aos serviços de Atenção Residencial de Caráter Transitório;

c) Centros de Convivência.

II - Atenção Psicossocial Especializada:

a) Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), em todas as suas modalidades.

III - Atenção à Urgência e Emergência:

a) Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192;

b) Salas de Estabilização;

c) Unidades de Pronto Atendimento - UPA 24 horas;

d) Portas hospitalares de urgência e pronto-socorro;

e) Unidades Básicas de Saúde e outros serviços pertinentes.

IV - Atenção Residencial de Caráter Transitório:

a) Unidades de Acolhimento;

b) Serviços de Atenção em Regime Residencial Transitório.

V - Atenção Hospitalar:

a) Enfermarias especializadas em hospitais gerais;

VI - Estratégias de Desinstitucionalização:

a) Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT).

VII - Reabilitação Psicossocial.

Artigo 3º - O financiamento a que se refere esta Lei observará os princípios da equidade, da regionalização e da integralidade do SUS, priorizando os municípios com menor capacidade de arrecadação própria.

Artigo 4º - A Secretaria Estadual de Saúde deverá, no prazo de 90 dias, apresentar plano de Financiamento progressivo discriminando as etapas e metas pactuadas.

Artigo 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, com reprogramação de receitas do Tesouro estadual;

Artigo 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa garantir o efetivo financiamento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) pelo Estado de São Paulo, assegurando a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população em sofrimento psíquico ou com necessidades decorrentes do uso de substâncias psicoativas.

Esta iniciativa não cria uma nova despesa orçamentária para o Estado de São Paulo, mas tão somente, determina a obrigatoriedade deste ente da federação em participar do custeio deste essencial serviço público de saúde, já consagrado na Rede de Atenção Psicossocial.

Fundamenta-se em dispositivos legais e normativos que consolidam o paradigma da atenção psicossocial em substituição ao modelo manicomial, a saber:

- A Lei nº 10.216/2001, que redireciona o modelo assistencial em saúde mental;
- A Convenção Contra a Tortura (1984) e seu Protocolo Facultativo (2002);
- A Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009);
- A Resolução CNPCP nº 4/2010, a Resolução CNJ nº 113/2010, e a Recomendação CNJ nº 35/2011;
- A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015);
- A Resolução CNDH nº 08/2019 e a Resolução CNJ nº 487/2023;
- O Decreto nº 7.508/2011, que organiza o SUS e define as redes de atenção;
- A Portaria nº 3.088/2011, que institui a RAPS.

A estrutura manicomial está historicamente vinculada a práticas violadoras de direitos humanos e à marginalização de grupos vulneráveis. O fortalecimento da RAPS representa um avanço na consolidação de uma política pública de saúde mental centrada na dignidade humana, na autonomia dos sujeitos e na promoção da cidadania.

Ao assegurar o financiamento estadual da RAPS, o projeto promove justiça social e contribui para a equidade no acesso à saúde mental, especialmente em municípios com menor capacidade orçamentária.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 15/5/2025.

Donato – PT, Luiz Claudio Marcolino – PT, Leci Brandão – PCdoB, Luiz Fernando T. Ferreira – PT, Dr. Jorge do Carmo – PT, Reis – PT, Thainara Faria – PT, Paulo Fiorilo – PT, Teonilio Barba – PT, Márcia Lia – PT, Eduardo

Suplicy – PT, Ana Perugini – PT, Simão Pedro – PT, Maurici – PT, Professora Bebel – PT, Emídio de Souza – PT,
Beth Sáhão – PT, Enio Tatto – PT, Rômulo Fernandes – PT

Este documento pode ser verificado pelo código

2025.05.15.2.1.16.6.30.1079411

em <https://www.doe.sp.gov.br/autenticidade>